

DIREITO DO CONSUMIDOR E MERCOSUL

VICTOR CORRÊA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Minas Gerais

I - INTRODUÇÃO

O homem é um ser social que só pode conhecer sua sobrevivência por meio de seu agrupamento junto aos demais indivíduos da mesma espécie, os quais na divisão do trabalho, que no correr de sua história varia de acordo com paradigmas de sexo, poder, que pode ser oriundo de força ou posse de propriedades, ou até mesmo culturais, essencial ao atendimento das necessidades básicas e fundamentais dessa sobrevivência, geram relações sociais que suscitam divergências, desequilíbrios e contraposições que obrigam à normatização dessas relações e que mais complexas se tornam quanto mais avança a dinâmica histórico-social, fruto não só do próprio desenvolvimento científico e filosófico mas intrinsecamente ligado ao avanço demográfico e de seu conseqüente avanço na ocupação geográfica do planeta, trazendo como corolário lógico a questão ambiental que a cada dia torna-se mais crucial no futuro da humanidade.

Na análise conclusiva do, "possivelmente", maior pensador deste fim de milênio, Eric Hobsbawn, no fim do Breve Século XX: *algumas tendências de desenvolvimento a curto prazo eram tão*

evidentes que nos permitem esboçar uma pauta de alguns dos grandes problemas do mundo e, pelo menos, algumas das condições para sua solução. Os dois problemas centrais, e a longo prazo decisivos, eram o demográfico e o ecológico. (Hobsbawm, Eric. - Era dos Extremos - O breve século XX - 1914 - 1991, Companhia das letras, 2ª ed., 1994, p. 546).

Segundo salienta o filósofo nacional, de reconhecimento internacional, Miguel Reale, a experiência jurídica se manifesta enquanto Ciência do Direito como um *conjunto de conhecimentos ordenado coerentemente segundo princípios* e que se sintetizam em estruturas lógicas. Assim, é ela de natureza cultural, não se exprimindo como as ciências da natureza das necessárias relações oriundas da própria natureza das coisas mais sim de relações fundadas na cultura humana. As leis da natureza são simples ocorrências de fatos, resultando apenas em sua verificação e constatação, enquanto que as normas sociais são resultados da convivência e necessidades humanas.

Como leciona o professor Hermes Lima *não existe relação jurídica, nenhuma manifestação de direito que possa ser concebida senão como relação entre os homens. Mesmo a propriedade, que, do ponto de vista econômico-jurídico, comporta domínio, apropriação sobre coisas não se explica em direito senão como relação humana, relação entre o proprietário de um lado e todos os demais homens, do outro* (Lima, Hermes. Introdução à Ciência do Direito, Freitas Bastos Editora, 31ª ed., 1996, p. 55). Em uma análise axiológica, pode-se inferir que dessas relações, tanto sob o aspecto individual como coletivo, refletem-se na seara exclusiva do direito gerando as regras e princípios que faz com que com elas se relacione e possa exprimir um mínimo do desenrolar da existência da vida social.

Na concepção de François Geny (*apud* Hermes Lima, op. cit. p. 56), na esfera do direito coexistem dois pontos distintos de referência: *o dado e o construído. O dado encontramos-lo nas relações sociais através de suas manifestações. O construído está no esforço com que tais relações se ordenam por intermédio de*

normas que disciplinam o teor da vida social visando fins supremos.

O primeiro deles, o dado, pode ser visto e compreendido sob quatro aspectos: o *natural*, que materializa-se nas características de fato existentes na sociedade, físicas ou morais. O *histórico* na ocorrência de forças que acompanham a evolução e mudança social. O *racional* que aflui na razão pela conduta humana em função de sua própria e intrínseca natureza e, finalmente, o *ideal* que é a precipitação das aspirações do indivíduo na sociedade e da própria coletividade e que determinam a evolução, mudança e progresso do direito.

Sob este mesmo diapasão, escreve Alessandro Levi (in *La Société et l'Ordre Juridique*, 1911, apud Hermes Lima, op. cit., p. 34) que *a idéia do direito não podia nascer na consciência individual, se o homem não vivesse em sociedade com outros homens*. Isto significa dizer que só há direito se há sociedade, a qual podemos definir como uma reunião de indivíduos da raça humana civilmente organizados, o que implica também dizer que só há sociedade se há direito, senão será um mero agrupamento.

Dessa forma, mais uma vez buscando a douda lição do mestre Hermes Lima, e conforme pacificamente os filósofos do direito têm compreendido, o direito é a única relação inteiramente determinada pela coexistência humana e que se exaure de homem para homem. Assim, nas palavras de Levi, *a religião regula as relações que se passam ou se supõe passar entre os homens e a divindade; a moral regula, por sua vez, as relações do homem com o próprio homem, considerando também os fatos que surgem e desaparecem no círculo oculto e fechado da consciência individual; a economia estuda as relações entre os homens (troca, distribuição) mas considera, por igual, uma multidão de outras relações que se estabelecem entre o homem de um lado, e a natureza, a coisa, de outro. Não há, entretanto, nenhuma relação jurídica, nenhuma manifestação de direito que possa ser concebida senão como relação entre homens. Até a propriedade que, do ponto de vista econômico, comporta domínio, apropriação do homem sobre a coisa, não se explica do ponto de vista jurídico*

senão como relação puramente humana, a saber, relação entre o proprietário de um lado e todos os demais, do outro. (idem, *Teoria Generale del Diritto*, 1950).

Nesse sentido, nos interessa mais de perto no tema em questão as relações econômicas entre pessoas surgidas entre os homens a partir da Revolução Industrial nascida na Inglaterra¹ e que, apesar das mais densas teorias, se tornaram anômalas e com a idade moderna e especificamente a contemporânea, com o surgimento do capitalismo, a ganância, o egoísmo, o denominado, talvez impropriamente mas que com certeza espelha a realidade, *capitalismo selvagem* e a idéia do lucro e ganho fácil, a perspectiva de ser possível levar vantagem na relação econômica, qualquer que seja sua origem ou natureza, principalmente pela complexidade delas nos dias atuais.²

Isto é, no dizer de Karl Marx em sua pequena grande obra *A Origem do Capital - A acumulação primitiva*, Global Editora e Distribuidora, 4ª ed., 1981, p. 112:

Tantae molis erat! Eis aí o preço que temos pago pelas nossas conquistas; eis aí o que custaram as leis "leis eternas e naturais" da produção capitalista, o preço do divórcio entre o trabalhador e as condições do trabalho; o preço de transformar estas em capital e a massa do povo em

¹ E tanto a Grã-Bretanha quanto o mundo sabiam que a Revolução Industrial lançada nestas ilhas não só pelos comerciantes e empresários como através deles, cuja única lei era comprar no mercado mais barato e vender sem restrição no mais caro, estava transformando o mundo. Nada poderia detê-la. Os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas à vapor do presente. (Hobsbawn, Eric, *A Era das Revoluções - 1789-1848*, Ed. Paz e Terra, 3ª ed., 1981, p. 69).

² É evidente que nenhuma economia industrial pode se desenvolver além de um certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. Eis por que, até mesmo hoje, o mais abalizado índice isolado para se avaliar o potencial industrial de qualquer país é a quantidade de sua produção de ferro e aço. Mas é também evidente que, num sistema de empresa privada, o investimento de capital extremamente dispendioso que se faz necessário para a maior parte deste desenvolvimento não é assumido provavelmente pelas mesmas razões que a industrialização do algodão ou outros bens de consumo. Para estes já existe um mercado de massa, ao menos potencialmente: mesmo os homens mais primitivos usam camisas ou equipamentos domésticos e alimentos. O problema resume-se meramente em como colocar um mercado suficientemente vasto de maneira suficientemente rápida ao alcance dos homens de negócios. (idem, p. 59).

assalariados, em pobres laboriosos (labouring poor), obra-prima da arte, criação sublime da história moderna. Se, segundo Augier, é "com manchas naturais de sangue sobre uma das faces" que o "dinheiro veio ao mundo", o capital aí chegou suando sangue e lama por todos os poros.

Concentrando nosso foco de forma mais microscópica, puntual, dentre essa vastidão e abrangência dessas relações sócio-econômicas, podemos identificar uma específica e de cunho bilateral, ou mesmo de natureza tridimensional, que são as relações de consumo em que de um pólo identificamos o agente ativo que são os negociantes, praticantes do comércio e da indústria, representantes de empresas, de qualquer porte - maiores ou menores, formais ou informais - prestadores de serviço, produtores de bens duráveis ou de consumo imediato, e ainda as sociedades que comercializam tais bens, e de outro lado no pólo passivo o consumidor, adquirente, beneficiário e fim dessa gama de bens, serviços ou ações.

Podemos definir como bilaterais e polarizadas tendo em vista que formadas por titulares de interesses que se antagonizam e contrapõem, os quais não se tocam ou confundem, e, no entanto, de natureza tridimensional em razão de que esses interesses se unem por forças que tendo uma outra dimensão, é que faz e permite que existam e mantenham uma interdependência imprescindível. O fundamental é que enquanto tiverem uma forma e resultados simbióticos serão saudáveis para ambos os participantes, porém, se tomar uma forma parasitária, será nociva à própria relação e ao grupo social.

Como o pólo passivo é hipossuficiente em face do ativo, é que surge a necessidade da normatização das relações econômicas e o surgimento de um Direito Econômico que busca tutelar a Defesa do Consumidor, a Economia Popular, a Ordem Econômica, a Ordem Tributária e as Relações de Consumo. Se pensarmos que o direito penal é dogmático em relação às condutas que visa coibir, sem discuti-las, e que toda essa normatização migra nesse sentido para o penal espelhando essa hipossuficiência, podemos conceituá-

las nas palavras de Bielsa como *delitos de gente inteligente, avesada en los negocios, conocedora de las leyes y reglamentos y de las artimañas para eludir sanciones, influente por su poder corruptor, y que tiene relaciones mundanas, políticas y con los funcionarios* (apud Rafael Miranda Gallino, "Delitos contra el Orden Económico", B. Aires: Ed. Pannedille, 1970, p. 15).

No entanto, é forçoso se reconhecer, mesmo que nos desagrade ou desagrade aos leigos ou visionários, que nem as primeiras relações sociais empíricas, as normas consuetudinárias, as leis primeiras e anteriores ou até as mais recentes e recém editadas e promulgadas, conseguem se mostrar capazes de se adequarem às relações sociais, e principalmente econômicas posto a velocidade com que evoluem no mundo atual. As leis que visam tutelar a existência e o reconhecimento de um direito estão sempre na esteira da evolução da sociedade e de suas relações. Como, sempre sábia e oportunamente, destacou o já saudoso professor Manoel Pedro Pimentel: *é sabido que o fato social sempre caminha adiante das leis. É justamente o reclamo da realidade que impulsiona o legislador a editar normas para coibir abusos que atentam contra bens ou interesses dignos de proteção. Dificilmente o legislador pode prever todas as hipóteses que surgirão* (Direito Penal Econômico, S. Paulo: RT, 1973, p. 5). Entrementes, como bem expressou Clóvis Beviláqua, *é preciso compreender o direito não como um fato do homem, porém sim como fato social, o fato que torna possível a coexistência humana*.

Já em termos de nosso país, as variadas crises econômicas em que casuisticamente são editados todos tipos de normas, de decretos-lei a medidas provisórias, passando pelas leis, regulamentos, portarias, etc, cada um a seu tempo, quase todas eivadas de contradições e medidas quase que de força e imposição, somos forçados a concluir que todos esses dispositivos no final se mostram insuficientes, anacrônicos e carentes para suplantar os obstáculos e os conflitos de interesses que surgem das relações econômicas.

Assim, dentro desse cenário interno é que começa a surgir um novo aspecto nas relações econômicas internacionais, um novo

fenômeno, o que se deu o nome de *globalização*. As economias não mais possuem uma interdependência de se complementarem para atenderem seus mercados internos, mas nasce uma nova necessidade, que decorre da própria sobrevivência das economias, que é que se relacionem na distribuição de bens, serviços, tecnologias, mão de obra e, principalmente, consumidores, numa figuração que poderíamos buscar na física hidro-mecânica que é a teoria dos vasos comunicantes. É fundamental que as economias se comuniquem num sentido amplo e não mais apenas por meio de estritas relações de mercancia.

Nas exatas palavras de Hobsbawn, mais uma vez, tomando-se a perspectiva global implícita no modelo de liberalismo econômico, as desigualdades de desenvolvimento são irrelevantes, a menos que se possa demonstrar que produzem resultados globalmente mais negativos que positivos (Na verdade, muitas vezes pode-se demonstrar isso). Desse ponto de vista, não há motivo econômico para que, se os custos comparativos o mandarem, a França acabe com toda a sua agricultura e importe todos os seus alimentos, ou para que, se isso fosse tecnicamente possível, todos os programas de TV do mundo sejam feitos na Cidade do México. Contudo, essa não é uma visão que possa ser mantida sem reservas pelos que vivem na economia nacional, além da global; quer dizer, por todos os governos nacionais e a maioria dos habitantes de seus países. Não menos porque não podemos evitar as consequências sociais e políticas de convulsões mundiais.

E, nesse cenário interno de nossas limitações, tanto das relações em si como de sua normatização, e no externo da imposição da globalização é que nos descortina uma de suas frações, e possivelmente das mais importantes para a nossa economia e a da América Latina, ao menos para o momento, que são as relações no âmbito do Mercosul e mais particularmente na abordagem deste trabalho *As relações de consumo no âmbito do Mercosul*.

II - BREVE VISÃO HISTÓRICA DA NORMATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Podemos identificar a tutela civil nas relações mercantis já nas normatizações precursoras de nossa legislação e que até hoje ainda se encontram presentes mesmo que bastante mitigadas. As Ordenações do Reino, Afonsinas, Manoelinas, Sebastianinas e Filipinas, já previam há mais de dois séculos sanções severas para os que fraudassem ou meramente negligenciassem a venda de produtos ou serviços, o que de uma forma geral também encontrava eco nas várias legislações europeias de então.

Como interessante exemplo referencial, podemos citar nas *Ordenações Manoelinas*, em seu Livro IV, Título XXX, o seguinte:

DO QUE QUER DESFAZER ALGUMA VENDA

TÍTULO XXX

DO QUE QUER DESFAZER ALGÜA VENDA, POR SER ENGUANADO ALÉM DA METADE DO JUSTO PREÇO

Postoque o contracto da compra e venda de qualquer coisa movel ou de raiz seja de todo perfecto, e a coisa entregue ao comprador, e o preço pago ao vendedor, se for achado que o vendedor foi enganado na dita venda aalem da metade do justo preço, pode-a desfazer por bem do dito enguano, ainda que o enguano nom procedesse do comprador, mas soamente se causasse de simpreza do vendedor, e pôderá isso mesmo o comprador desfazer a dita venda, se foi pola dita maneira enganado aalem da metade do justo preço. E entende-se o vendedor seer enganado aalem da metade do justo preço, se a coisa vendida valia por verdadeira e comum extimaçam ao tempo do contracto dez cruzados, e for vendida por menos de cinco. E da parte do comprador se entende seer enganado, se a coisa comprada ao tempo do contracto valia por verdadeira e geeral se

extimaçam dez cruzados, e o comprador deu por ella mais de quinze.

- 1. E querendo o vendedor desfazer o dito contracto por a dita razam, ficará sempre a escolha no comprador, ou tornar a cousa ao vendedor, e receberá o preço que por ella deu, ou lhe refazer o justo e verdadeiro preço, que se provar que valia ao tempo do dito contracto. E querendo o comprador desfazer o contracto por bem do dito enguano, ficará a escolha ao vendedor, ou tornar o preço que ouue, e cobrar a cousa vendida, ou tornar ao comprador a maioria que delle recebeo aalem do que a cousa justamente valia ao tempo do contracto.*
- 2. E todo o que dito he há lugar, nomsoamente nos contractos das compras e vendas, mas ainda nos contractos de arrendamentos, e aforamentos, e escaimbos, e auenças, e quaesquer outros semelhantes, em que se daa ou leixa hua cousa por outra.*
- 3. E nom se abastará pera desfazer a venda depois que for perfecta, dizer o vendedor, que a cousa que vendeo por dez lhe custara vinte, ou que o comprador que lha comprou a vendeu depois por vinte, porque poderia o comprador fazer algumas benfeitorias, por que a cousa seria muito melhorada, ou poderia o dito vendedor seer por suas impreza enguanado na primeira compra que fez. E o remédio e benefício pera se taees contractos poderem desfazer por causa do dito enguano, auemos por bem que dure atee quinze annos compridos, contados do tempo que os ditos contractos foram feitos, atee que os enguanados citem aquelles com que fizeram os ditos contractos, ou seus herdeiros, pera desfazerem os ditos contractos; E passado o dito tempo ficam firmes, e se nam poderam mais desfazer por razam do dito enguano.*
- 4. E depois que a venda for de todo perfeita e acabada, nom se poderá desfazer por dizer o vendedor, que quer tornar ao comprador todo o preço que delle ouue com outro tanto,*

mas requiere-se que seja enguanado na dita venda aalem da metade do justo preço, que valia ao tempo que a venda foi feita, como dito he.

- 5. E se depois que a venda for de todo acabada o comprador vender, der, ou escaimbar a cousa comprada a alguu outro, nom leixará pot tanto o vendedor poder demandar o comprador polo beneficio desta ley; porque posto que elle nom possa tornar ao vendedor a ditta cousa, pois nem he em seu poder, poder-lhe-ha bem soprir e refazer o justo preço, e soprindo-o fica de todo liure.*
- 6. E mandamos que, posto que as partes renunciám o beneficio desta ley, oou diguam nos contractos que fazem doaçam da maioria, que a cousa vendida mais valer; e posto que digua, ou se lhe possa prouar, que sabiam o verdadeiro preço da cousa, todavia as partes possam usar do beneficio desta ley; e a tal renunciaram, ou doaçam, ou certeza auemos por ninhua, posto que nestes casos outra cousa seja determinado por dereito comum.*
- 7. E porto que alguma cousa seja vendida per mandado de justiça com preguam, e em a praça costumada, se depois for achado que alguma das partes foi enguanada na venda ou compra aalem da metade do justo preço, podela-ha per dereitodesfazer polo beneficio desta ley, atee quinze annos como dito he. Però se ao tempo que se a tal arremataçam oouer de fazer, passado o tempo que a cousa auia de andar em preguam, o porteiro notificar ao juiz, que a manda fazer, como trouue a tal cousa em preguam todo o tempo da ordenaçam, e nom acha por ella mais, que aquelle preço que nella he lançado, o dito juiz pode mandar nouamente requerer o devedor, que pague a divida, se nam que a dita cousa ou penhor será arrematada por aquelle preço, que nella há lançado. Posto que seja pequeno, pois se nom pode por elle mais achar; e sendo feito o dito novo requerimento, se atee oito dias primeiros seguintes o devedor nom pagar a diuida, e o juiz mandar fazer a dita arremataçam, e for feita em publico lugar e acostumado, sem outra alguma arte*

ou enguano, tal arremataçam assi feita por auctoridade, e especial mandado de justiça, nom poderá já mais seer retratada, e desfeita em ninhuu tempo, por razam de o comprador dizer, que foi enganado em dar mais pela dita cousa aleem da metade do justo preço; porque pois o comprador quis fazer a sobredita deligencia dos oito dias para o senhor da cousa, em que he feita penhora, nom poder usar do beneficio desta ley, auemos por bem, que o comprador nom possa isso mesmo vsar do dito beneficio. (Ordenações Manoelinas - Livro IV, Fundação Calouste Gulenkian, edição de dezembro de 1984 como reprodução fac-símile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, do ano de 1797; p. 71/74).

Podemos trazer outros exemplos, de forma mais resumida, mas bastante ilustrativos:

TITULO XXIV

DAS COMPRAS FEITAS POR SINAL DADO AO VENDEDOR SIMPREZMENTE, OU EM PARTE DE PAGUO

Fazendo-se compra e venda dalgua certa cousa por certo preço, despois que o contrato he acordado e affirmado polas partes, nam se pode mais ao diante algua dellas arrepender sem consentimento da outra, porque tanto que o comprador e o vendedor sam acordados e affirmados na compra e venda dalgua certa cousa por certo preço, loguo esse contracto he perfecto e acabado, em tanto que dando, ou offerecendo o dito comprador o dito preço que seja seu ao vendedor, será elle obrigado de lhe entregar a cousa assi vendida, se for em seu poder; e se em seu poder nam for, pagar-lhe-há todo interesse que lhe pertencer, assi por respeito do ganção, como por respeito da perda.

Sendo que no último item deste Título é completado:

3. *E no caso onde depois da compra e venda acabada por consentimento e firmeza das partes, o comprador dêsse ao vendedor certo dinheiro em parte de pague, ou em final e pague, como alguuns costumam de fazer, em tal caso nom se poderá já mais algua das partes arrepender, e sair do contracto sem o consentimento da outra parte, ainda que queira perder o dito dinheiro que que assi deu em parte de pague, ou outro tanto como aquelle que recebeo, porque pelo dinheiro que assi foi dado em sinal e em pague, ou em parte de pague, ficam esses contractos de compra e venda mais perfectos, que onde soamente foi dado sinal e nom em parte de pague, e por tanto nom pode ja mais algua das partes afastar-se desse nem consentimento da outra. (idem, p. 60 e 61/62).*

Finalmente mais um lapidar exemplo:

TÍTULO XXVII

DO QUE VENDEO ALGUA RAIZ SOB CONDIÇAM QUE TORNANDO ATEE DIA CERTO O PREÇO, QUE POR ELLA RECEBEO, SEJA A VENDA DESFEITA

Licita cousa he, que o comprador e vendedor ponham na compra e venda, que fizerem, qualquer cautela, pacto, e condiçam, em que ambos acordarem, com tanto que seja honesta e conforme ao derecho; e por tanto se o comprador e vendedor na compra e venda se acordassem, que tornando o vendedor ao comprador o preço, que ouuesse pola cousa vendida atee tempo certo, ou quando quisesse a venda fosse desfeita, e a cousa vendida tornada ao vendedor, tal auença e condiçam assi acordada polas ditas partes val, e o comprador auendo a cousa comprada a seu poder, guanha e faz compridamente seus todos os frutos, e novos, e rendas que ouue da cousa comprada, atee que lhe o dito preço foi restituído.

1. *E esto ha lugar quando a cousa he vendida por justo preco, segundo que dito auemos no titulo das vsuras. Cá se a cousa fosse vendida por menos a quarta parte do justo preço, e na venda fosse posta a dita conuença, em tal caso como este, concorrendo estas duas cousas ambas juntamente, conuem a saber, o grande desfalcamento do preço justo com a dita conuença, fazem o dito contracto ser vsurario.*
2. *E bem assi se o dito contracto de compra e venda fosse feito com a dita conuença por homem, que ouuesse em costume de onzenar, ainda que fosse a venda feita por justo preço, será o contracto julguado por vsurario, porque a dita conuença assi posta no contracto de compra e venda por homem que ouuesse em costume de onzenar, faz o contracto seer vsurario, quer fosse culpado em o dito custume o comprador, quer o vendedor; e nestes douis casos auerá o comprador a pena, que no titulo das usuras posemos ao que daa dinheiro aa onzena, assi do perdimento do principal em dobro, como do degredo, assi pola primeira vez, como pela Segunda, como na dita ordenaçam dissemos. E quanto aos frutos que teuer recebidos, será obrigado de os tornar ao vendedor, ou sua verdadeira extimaçam, segundo que valeram comummente ao tempo que os colheo, e nom se perderam pera nós. E o vendedor perderá soamente a cousa que assi vendeo, e tudo pera a coroa de nossos reynos. (idem, p. 66/67).*

Da mesma forma, de fundamental importância em nosso direito de uma maneira geral mas principalmente no Direito Civil, com seus traços presentes até os dias de hoje, foi o Código de Napoleão, ou *Code Napoléon*, que é como ficou universalmente conhecido o *Code Civil de Français*, de 1804, e que fazia parte dos cinco códigos napoleônicos (1804 - 1810) e que além deste também tinha o de processo civil, o comercial, o de processo penal e o penal.

Estabelecendo uma nítida transição, o *Code Napoléon* descartou muitas das regras de direito romano, apesar de manter algumas de

fundamental importância, desconheceu ordenações reais, costumes locais e muitos de caráter geral, revogou estatutos e regulamentos do antigo direito privado francês. Sem promover uma recuperação de normas do Antigo Regime, relegou ao esquecimento os excessos e desvios da Revolução Francesa e em razão de introduzir de fato um espírito igualitário e isonômico nas leis, com moderação e equidade, com um método aplicado e de evidentes qualidades técnicas, estabelecendo uma unidade objetiva que os Códigos devem ter e não como uma simples coletânea ou consolidação de leis e normas esparsas, demonstrando precisão e clareza, serviu como base e paradigma de quase todas as codificações que daí passaram a surgir, fortemente influenciando-as, especialmente as legislações dos países latinos, dentre os quais se insere o Brasil.

Há de se destacar que as normas que visavam a proteger o consumidor, ainda que não se reconhecendo como tutela de relações de consumo mas de natureza obrigacional, contratual, não só foram estabelecidas no Direito Civil mas recepcionadas no Direito Comercial como resultado do desenvolvimento das relações de produção e de mercancia que a Idade Moderna, conforme analisado no tópico inicial, com o mercantilismo, a revolução industrial, o liberalismo e, finalmente, o capitalismo impunham.

Assim é que o nosso Código Comercial, sancionado e promulgado por Dom Pedro II em 25 de junho de 1850, trouxe em seu bojo uma série de normas de natureza protetiva às relações de consumo, mesmo que não objetivamente e de forma indireta posto que não havia a caracterização jurídica do consumidor mas apenas do contratante. Podemos destacar entre as principais o art. 121, do Título V, *Dos Contratos e Obrigações Mercantis*, que determina que *As regras e disposições do direito civil para os contratos em geral são aplicáveis aos contratos comerciais, com as modificações e restrições estabelecidas neste Código*.

Igualmente podem ser ressaltados o Título VIII, *Da Compra e Venda Mercantil*, arts. 191 a 220, dos quais, a título de exemplo, especialmente por deixar evidente a presença e influência das

Ordenações Manoelinas, constatando-se pela comparação aos exemplos alhures citados da mesma, os arts. 202 e 206.

Dispõe o art. 202 o seguinte:

Quando o vendedor deixa de entregar a coisa vendida no tempo aprazado, o comprador tem opção, ou de rescindir o contrato, ou de demandar o seu cumprimento com os danos da mora; salvo os casos fortuitos ou de força maior.

Diz o art. 206:

Logo que a venda é de todo perfeita, e o vendedor põe a coisa vendida à disposição do comprador, são por conta deste todos os riscos dos efeitos vendidos, e as despesas que se fizerem com a sua conservação, salvo se ocorrerem por fraude ou negligência culpável do vendedor, ou por vício intrínseco da coisa vendida; e tanto em um como em outro caso, o vendedor responde ao comprador pela restituição do preço com os juros legais, e indenização dos danos.

Também podemos identificar normas de mesma natureza no Título IX, *Do Escambo ou Troca Mercantil*, arts. 221 a 225 do Código Comercial, bem como ainda em vários outros de seus títulos de forma mais esparsa.

O que predominou até o surgimento da idéia e do conceito de consumidor, sob a égide das relações contratuais, e fundamentalmente com a base filosófica do liberalismo que defendia o Princípio da Autonomia da Vontade, segundo o qual o contrato tem força de lei entre as partes, o *pacta sunt servanta*, e é feito para ser cumprido, pressupondo o equilíbrio e igualdade entre as partes, era a proteção à relação contratual em si, o próprio contrato.

No entanto, o Breve Século XX, no dizer de Hobsbawn, trouxe o desenvolvimento de forma vertiginosa das relações contratuais oriundas de atos de mercancia em sentido amplo, *num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecno-científico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos (A Era dos Extremos -*

O breve século XX - 1914 - 1991, p. 562) o que inevitavelmente levou a um desequilíbrio entre os contratantes nas novas relações de consumo, caracterizando-se os contratos dessa nova era como de fato um contrato de adesão em que o fornecedor de bens ou serviços determina e impõe as cláusulas e condições para a efetivação do contrato e a outra parte, o consumidor, as aceita passivamente pela necessidade premente do bem ou serviço em seu detrimento, resultando disso um desequilíbrio nessas relações contratuais de consumo e a evidente e clara *hipossuficiência* do consumidor.

Isto quer dizer que a proteção legal até então existente, civis e comerciais, mostrava-se insuficiente e anacrônica, imperioso se tornando que uma legislação própria fosse criada, tomando vida própria em relação ao direito que lhe dava guarida, da mesma forma que ocorreu com o surgimento de um Direito Trabalhista que não mais coube na legislação civil no qual se inseria também como uma relação contratual.

Os primeiros a perceberem tal imposição jurídica foram os juristas e legisladores do maior país capitalista e onde o fenômeno se tornou mais agudo, ou seja, os Estados Unidos que na década de sessenta passaram a estruturar um verdadeiro Direito do Consumidor, já enunciando então as bases da *Public Policy*, que passou a ser analogicamente e por imprescindibilidade do fato social desenvolvido em todo o mundo jurídico com as idiossincrasias inerentes a cada país e legislação peculiar.

Em termos constitucionais, a Constituição Portuguesa foi a primeira a adotar em seu seio institutos de proteção ao consumidor, inclusive reconhecendo sua existência com natureza jurídica própria diversa da antiga relação dos direitos das obrigações e contratos, fazendo-o de forma muito inovadora em seu art. 110. Baseando-se nela e em seus princípios, a Constituição da Espanha, de 1978, introduz, em seu art. 51, de forma semelhante a proteção e defesa das relações de consumo e do consumidor em especial. Conforme comenta Luís M. Cazorla Prieto, *o constitucionalismo em sua fase mais recente aspira, como antes, a fazer eco das novas circunstâncias e a incorporar a*

*realidade a norma suprema, enquanto isto supõe um passo muito qualificado para corrigir deficiências e situações indevidas. Como o problema dos consumidores não revestira a gravidade que hoje apresenta até datas relativamente recentes, não havia entrado nas Constituições até a portuguesa de 1976. (apud Fernando Garrido Falla e outros, *Comentários a la Constitución*, Madri: Editorial Civitas, 1985, p. 849).*

No Brasil, apesar de que constitucionalmente de forma expressa o direito do consumidor só foi reconhecido na Constituição de 1988, as constituições brasileiras a partir de 1946 introduziram um novo dispositivo que serviria como instrumento de proteção ao consumidor se fosse devidamente manejado, qual seja o que visava reprimir o abuso do poder econômico, que na Constituição de 1969, por muitos considerada como apenas uma emenda constitucional, se encontrava no art. 160, que dizia que *A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios: ... V - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.* Esta determinação ainda permanece na atual Constituição, em seu art. 173, § 4º, mas de forma mitigada pois que fez depender a sua aplicação de lei complementar.

Entrementes, de outro lado, inseriu o legislador de 1988, pela primeira vez, de forma expressa, o direito do consumidor em nossa legislação constitucional e o fez em vários lugares mas primeiramente elevou-o à condição de direito fundamental ao elencá-lo no art. 5º, inc. XXXII, ao impor que *O Estado promoverá na forma da lei a defesa do consumidor*; além disso estabeleceu que essa lei que dará forma à defesa do consumidor é de caráter e responsabilidade concorrente entre a União, Estados e ao Distrito Federal, conforme disposto no art. 24, inc. VIII, cabendo ao município suplementá-la no que couber nos termos do art. 30, inc. II.

Mais adiante na Carta Magna, foi ele inserido como princípio da Ordem Econômica, no art. 170 que reza que *a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre*

iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: ... V - defesa do consumidor.

Assim, o legislador obrigou a tutela do direito do consumidor por parte do Estado na elaboração de normas, na regulamentação e na fiscalização e, em contrapartida, o seu respeito por parte do fornecedor em toda a cadeia produtiva, nisso entendido toda a atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços (cf. CDC art. 3º).

Esta conjugação de esforços, ou de obrigação, no respeito e defesa ao direito do consumidor pelo Estado e o sujeito ativo da relação de consumo, o fornecedor, na legislação pátria evidentemente representou um notável avanço e uma tomada de consciência em face da realidade histórica e econômica da humanidade no século XX, como observa Luiz Otávio de Oliveira Amaral: *Do conceito individualista (direito e garantias individuais constantes de Constituições de várias nações) oriundos dos ideais da Revolução Francesa, os direitos humanos evoluíram para um conceito coletivo ou grupal (mulheres, menores, consumidores). As violações aos direitos humanos hoje já não ocorrem apenas por atos dos Estados (abuso e desvio de poder), mas freqüentemente por atos de outras entidades sociais (empresas privadas nacionais e transnacionais)* (História e fundamento do direito do consumidor, RT, 648/31-2).

E como salientou Eduardo Polo, *a variedade das normas que tutelam - ou deveriam tutelar - o consumidor, pertencentes não somente ao direito civil e comercial, como também ao direito penal e ao processual, ao direito administrativo e inclusive ao constitucional, determinou que os limites desse setor de interesses sejam pouco precisos, e porque não dizer-se vagos e difusos* (*La protección del consumidor em el derecho privado*, Madrid, Ed. Civitas, 1980, p. 22).

Complementando essa linha de pensamento, analisa Antonio Herman V. Benjamin: *Mas existe, mesmo, uma coletividade denominada de consumo ou, ao contrário, não se pode ver o consumidor como uma categoria única, uniforme e homogênea? Aqui as divergências ganham colorido ideológico. Ora se afirma que 'todos somos consumidores', ora se tenta demonstrar que, em verdade, há consumidores ricos e pobres etc. Mais adiante, alinhava: Há aqueles que negam, com razão, a possibilidade de os consumidores constituírem uma classe, no mesmo sentido em que se fala em classe operária. Não se trata de discussão meramente acadêmica. Dela resulta a possibilidade ou não de se falar em interesse difuso do consumidor, ou, ao revés, simplesmente de interesse coletivo de uma mera categoria ou parcela de consumidores. Não havendo um interesse homogêneo dos consumidores como um todo, tornar-se-ia, pois, difícil falar em interesses do consumidor em geral* (O conceito jurídico de consumidor, RT, 628/69-70).

Assim sendo, instrumentalizando de forma efetiva a defesa do direito do consumidor como um direito social, fundamental, e coletivo, inseriu-se o caminho prático de fazê-lo por meio de um agente público, ou Instituição, do Estado que tem como função e atribuição a defesa social em sentido amplo, incluindo-a dentre elas, ao estabelecer na Constituição Federal:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio e social, do meio-ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Em cumprimento às determinações impostas na Constituição de 5 de outubro de 1988, foi elaborada e promulgada a Lei nº 8.078 em 11 de setembro de 1990 que, apesar de não cumprir a obrigatoriedade insculpida no art. 48 de seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, veio com atraso em relação ao que rezava que: "*O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor*", expressamente significou o reconhecimento e sedimentação em nosso direito material das relações de consumo como fato jurídico, pois que passível da existência de situações sociais capazes de criar, modificar ou extinguir direitos e que na sociedade contemporânea não é mais possível ao mundo do direito desconhecer e desprezar.

Anteriormente, a par das anteriores constituições enunciarem a possibilidade de uma hipotética defesa das relações de consumo conforme comentado mais acima, antes da Constituição de 1988 e do Código de Defesa do Consumidor, foram promulgadas algumas leis que já procuravam tutelar o mesmo bem jurídico.

Inicialmente, houve a lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que cuidou de tipificar crimes contra a economia popular, visando a proteger os consumidores em face de condutas de fraude dos fornecedores no que tange à qualidade e quantidade dos bens adquiridos, porém sendo ainda muito tímida e restrita por referir-se somente aos bens de consumo de primeira necessidade e não às relações de consumo como um todo; mas já foi, no contexto dos anos cinquenta, um importante marco nos termos abordados nesta análise histórica.

Um diploma legal que se insere nesse contexto, não se pode deixar de apontar a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 que, apesar de pouco manejada, também buscou coibir a conduta infracional de fornecedores.

Após um interregno longo, durante o qual, coincidentemente ou não, se implantou no país um regime totalitário de cunho militar e que estabeleceu uma relação promíscua entre capital e Estado, o que notadamente significa proporcionar um desequilíbrio nas

relações de consumo evidentemente em prejuízo da parte hipossuficiente, o consumidor, por sua própria condição e natureza e fundamentalmente em face de que o Poder que o representa na estruturação tripartite do Estado brasileiro, o Legislativo, que poderia e deveria criar o necessário arcabouço legal protetivo, ou evoluir o existente, estava esfacelado e dominado pela centralização exacerbada havida no Executivo. Com o declínio deste poder militarista, em razão das pressões das forças democráticas, surge uma importante legislação para disciplinar a responsabilização por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a qual disciplinou a Ação Civil Pública e legitimou como parte ativa para a propositura da ação o Ministério Público, as pessoas jurídicas estatais, autárquicas e paraestatais, assim como as associações destinadas especificamente à proteção do meio ambiente e à *defesa do consumidor*.

No cenário internacional, é necessário assinalar a Declaração das Nações Unidas sobre o progresso e desenvolvimento social, aprovada pela Assembléia Geral, a qual, por sua Resolução nº 2.542, de 11 de dezembro de 1969, em seus arts. 5º e 10, assegurava os direitos do consumidor e a Resolução nº 39.248, de 1985, da Organização das Nações Unidas - ONU, que recomendava aos governos que estabelecessem regras e normas que disciplinassem a proteção ao consumidor como direito político e social inerente à própria cidadania. Isso naturalmente, ao lado da evolução política interna do Brasil, teve decisiva influência na criação da legislação da Ação Civil Pública e que abrangesse o direito do consumidor.

Ainda no mesmo compasso do Código do Consumidor, foi editada a Lei nº 8.137, no final do mesmo ano, em 27 de dezembro de 1990, e que tutela a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, definindo crimes para protegê-las. Enquanto que o primeiro tem como objeto jurídico a proteção estrita do consumidor, de forma imediata e a coletividade mediatamente. Esta nova lei buscou a proteção do direito do consumidor na

garantia das relações coletivamente consideradas, sendo o consumidor protegido de maneira mediata. Por exemplo, tal lei busca regular, por via da tipificação de crimes, desde o domínio do mercado, a concorrência desleal e danosa, alteração de qualidade e quantidade de produtos na venda e produção, até a venda subordinada a outros bens ou serviços, o que de maneira indireta atinge o consumidor.

Por fim, não se pode prescindir de elencar a Lei nº 8.885, de 11 de junho de 1994, a denominada *Lei Antitruste*, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e que objetiva a proteção das relações de consumo por meio da regulação do mercado, buscando coibir a formação de cartéis e monopólios, do *dumping*, da concorrência desleal, do lucro abusivo e injusto, pelos grandes fornecedores de bens e serviços, isto é, em essência a repressão à prática do abuso do poder econômico, o que pode ser entendido como a ação de condutas no campo econômico por empresas e sociedades de natureza comercial e produtiva que podem ter uma aparência ou configuração de licitude, mas que em seu cerne e resultados produzidos, a curto ou longo prazo, no mercado, são contaminados de conduta abusiva e lesiva aos princípios do livre mercado, do livre e igualitário direito de concorrência e do lucro na medida justa da atividade exercida e custo investido.

Segundo bem define Fábio Ulhoa Coelho, a legislação antitruste visa tutelar a própria estruturação do mercado, com exatidão apontando que *No sistema capitalista, a liberdade de iniciativa e a de competição se relacionam com aspectos fundamentais da estrutura econômica. O direito, no contexto, deve coibir as infrações contra a ordem econômica com vistas a garantir o funcionamento do livre mercado. Claro que, ao zelar pelas estruturas fundamentais do sistema econômico de liberdade de mercado, o direito de concorrência acaba refletindo não apenas sobre os interesses dos empresários vitimados pelas práticas lesivas à constituição econômica, como também sobre os dos consumidores, trabalhadores e, através da geração de riquezas e aumento dos tributos, os interesses da própria*

sociedade em geral. A Lei nº 8.884/94 não se refere diretamente às estruturas do mercado como sendo o bem jurídico sob tutela, preferindo definir a coletividade como titular dos interesses protegidos (Direito antitruste brasileiro, Saraiva, São Paulo, 1995, p. 5).

Pode-se concluir por meio das lapidadas palavras de Rui Stoco sobre o tema: *A repressão ao abuso do poder econômico se faz visando, precipuamente, à preservação desses princípios, de modo a assegurar a ordem econômica e social, tendo por objeto a realização do desenvolvimento nacional e da justiça social* (in *Leis Penais Especiais e Sua Interpretação Jurisprudencial*, RT, 6ª ed., 1997, p. 56).

III - AS RELAÇÕES DE CONSUMO NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Com base na análise feita no item anterior, podemos concluir que o Direito do Consumo teve raízes e desenvolvimento semelhantes e, até certo ponto e sob certa forma, paralelos, logicamente com as nuances resultantes das características históricas e culturais inerentes a cada povo e sociedade, mas por ser um direito que tem suas bases sociais nos últimos três séculos e principalmente no atual século XX que realmente lhe conferiu o reconhecimento e existência como direito positivo e isto está intrinsicamente ligado ao vertiginoso desenvolvimento econômico e técnico-científico deste período e que o mundo *menor* e muito mais aculturado, em um fenômeno de tal sorte acentuado que se reconhece e denomina como de *globalização*.

Assim, apesar de todas as diferenças, rivalidades e idiossincrasias, a exploração de povos por outros povos, a divisão entre primeiro e terceiro mundo, em desenvolvidos e subdesenvolvidos, não há dúvidas que se procuram soluções comuns universais para questões que de uma maneira ou de outra são reconhecíveis como congruentes, mesmo que de caráter interno. Nisso, podemos destacar a própria criação da Organização

das Nações Unidas - ONU, e dentro do tema em pauta, trago novamente a já citada Resolução nº 2.542, de 11-12-69, em seus arts. 5º e 10, que assegurava os direitos do consumidor e a Resolução nº 39.248, de 1985, que recomendou aos Governos que estabelecessem normas e políticas de proteção às relações de consumo.

É fato que países europeus como Portugal, Espanha, França, Alemanha, dentre vários outros, já se estruturaram no campo do direito positivo com legislações voltadas à defesa do consumidor há mais de três décadas, assim como aconteceu pouco antes com os EUA e até mesmo o Brasil com a citada Lei nº 1.521/51.

A Constituição Portuguesa de 1993, em seu art. 60, §§ 1º, 2º e 3º, elenca os direitos dos consumidores, tutelando-os da publicidade enganosa, pela reparação do dano material ou moral, instrumentando a criação e manutenção de Associações de Consumidores. Determina ainda na Parte II, *Organização Econômica*, dispondo no art. 81, dentre as incumbências prioritárias do Estado, em sua alínea j, o *Proteger o consumidor*. No art. 102, que cuida das finalidades da política comercial portuguesa, na alínea e, *A proteção dos consumidores*, sendo assim que tais dispositivos alcançam o consumidor tanto como indivíduo como a coletividade.

Isto mostra, comparando-se com a nossa legislação pátria uma forma comum de encarar a problemática, ou ao menos uma maneira semelhante, em que se evidencia a proteção preventiva e reparativa do consumidor, tanto individual como coletivamente, perante a conduta do fornecedor, de má-fé ou mesmo por negligência, imprudência ou imperícia, por via da ação coativa e coercitiva do Estado.

Se buscarmos comparar com diversas Diretivas e Resoluções da Comunidade Européia, constata-se que se procura uniformizar o direito do consumidor oriundo das relações econômicas de consumo em todos os países europeus que a integram, o que com relação a eles não foi tarefa intransponível pelas mesmas razões histórico-sociais acima apontadas e pela conscientização de seus

povos nesse caminho, e, como o exemplo de Portugal descrito e os demais já referidos, muitos deles já haviam desenvolvido um direito positivo interno que se compatibiliza com as diretrizes gerais da Comunidade.

Isso levou que as legislações internas dos países europeus fossem sendo harmonizadas progressivamente propiciando a integração de forma efetiva e coerente. As Diretivas e Resoluções da Comunidade Européis exerceram uma função primordial para a transposição dessa transição. Como exemplos, podemos citar:

- Resoluções do Conselho - CEE - 1975 e 1981 - política de proteção e informação aos consumidores;

- Resolução do Conselho - CEE - 1986 - política de proteção e promoção dos interesses dos consumidores;

Diretivas 84/450/CEE - Publicidade Enganosa

85/577/CEE - Vendas a domicílio

89/552/CEE - Telecomunicações

93/13/CEE - Cláusulas Abusivas

Caso típico de adaptação foi o da Espanha que com seu ingresso na Comunidade precisou modificar sua legislação em vários pontos, até mesmo introduzir outras, para que ficasse em sintonia com os demais integrantes, como, por exemplo, criando a Ley General de Publicidad, Lei nº 34/88, em consonância com a Diretiva nº 84/450/CEE, da publicidade enganosa, além de outras leis como a Lei nº 16/89, Lei de Defesa da Concorrência, e a Lei nº 26/84, Lei de Defesa do Consumidor, dentre outras.

Feito este preâmbulo, podemos partir para a discussão do direito do consumidor sob dois prismas que se antagonizam; primeiro, as dificuldades surgidas, e que atualmente muitas delas estão vencidas, com a própria construção prática de um alicerce possível de aglutinar países em um ideal de integração comum tendo em vista antigas diferenças e rivalidades históricas, e segundo, a possibilidades que surge no aspecto específico do

direito do consumidor com base em tudo que foi abordado até aqui.

Quanto ao primeiro, onde se poderia detectar os maiores obstáculos, hoje estão em sua grande parte superados pela própria necessidade e realidade de implantação de um Mercado Comum do Cone Sul da América Latina. À semelhança da formação da União Européia, na qual antigos inimigos e rivais como Alemanha e França que se-sentaram juntos para viabilizar a formação da comunidade e superaram suas diferenças em vista de um futuro necessário para seus povos, o MERCOSUL surge bilateralmente dos entendimentos, que a pesquisa histórica mostra remonta a 1940, segundo Luiz Olavo Batista (*apud* Elizabeth Acciolly Pinto de Almeida, *Mercosul & União Européia*, p. 44), assentando-se em uma série de Acordos Bilaterais e Setoriais.

Diante das inúmeras articulações entre Brasil e Argentina, superando também suas históricas diferenças entre todos, somaram-se Uruguai e Paraguai, que vislumbraram a possibilidade de um isolamento comercial. Assim, nasceu em 26 de março de 1991, passando a vigorar a partir de 29 de novembro do mesmo ano, o Tratado de Assunção que foi o instituidor, em seu art. 18, do Mercosul, a partir de 1º de janeiro de 1995. Como dependia de uma reunião, imposta na mesma disposição, para sua estruturação definitiva, foi realizada, no dia 17 de dezembro de 1994, em Ouro Preto, a VII Reunião do Conselho do Mercado Comum, sendo assinado o chamado Protocolo de Ouro Preto - *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul*, o qual estabeleceu as normas definitivas para o Mercado Comum do Sul.

De importância, sob o aspecto do consumidor, na Reunião de Ouro Preto, foi a Decisão 20/91 que dispõe sobre políticas públicas internas com reflexo no Mercado Comum e que podem distorcê-lo, comprometendo-o, e que deliberou nos seguintes termos: "*instrui a Comissão de Comércio a criar um Comitê Técnico destinado a identificar as medidas no âmbito de políticas públicas capazes de distorcer as condições de competitividade intra-Mercosul e a definir o tratamento a ser aplicado a essas medidas, no contexto*

da consolidação da União Aduaneira, a partir de 1º de janeiro de 1995. De forma semelhante, há de assinalar a Decisão nº 21/94 que regula a Defesa da Concorrência: aprova as pautas básicas sobre a defesa da concorrência no Mercosul, as quais se destinam a coibir ações que impeçam, restrinjam ou distorçam a concorrência e o livre acesso ao mercado no âmbito do Mercosul.

No que tange à concorrência, além de referidas Decisões, o Apêndice Mercosul anexo ao Protocolo de Ouro Preto estabelece também o seguinte:

A existência de condições equitativas de concorrência dentro do Mercosul será garantida pelo Estatuto sobre Defesa da Concorrência, a ser elaborado a partir das pautas mínimas aprovadas em Ouro Preto, e pelo acordo sobre Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade.

A questão das eventuais práticas desleais de comércio intra-Mercosul evoluirá, no que se refere aos casos de dumping, em três etapas:

- *inicialmente, os países poderão continuar aplicando medidas anti-dumping intra-Mercosul conforme suas legislações nacionais, sujeitando-se ao procedimento de consulta já aprovado pelo GMC em 1993, ajustado às regras da União Aduaneira.*
- *Logo que se aprove um Regulamento Comum sobre prática desleais de comércio frente a terceiros, esse instrumento substituirá as legislações nacionais como base para as medidas anti-dumping intra-Mercosul, permanecendo de consulta.*
- *Finalmente, quando se aprove o Estatuto de Defesa da Concorrência, os casos de dumping passarão a ser tratados no âmbito da defesa da concorrência.*

No que se refere à concessão de subsídios, as práticas desleais de comércio serão reguladas pelo acordo sobre Incentivos às Exportações.

A Comissão de Comércio administrará todos esses instrumentos, verificando o cumprimento dos compromissos assumidos, propondo normas complementares e examinando as demandas apresentadas pelos países.

Como bem analisou Eliane Maria Octaviano Martins:

Na União Européia - como era de se esperar de uma integração verdadeira - o direito da concorrência ultrapassou as fronteiras nacionais instalando-se no âmbito comunitário. Estabeleceu-se um quadro jurídico único, aplicável a toda a comunidade, que se destina a proteger o consumidor no que concerne às vantagens que se beneficia no mercado único, impedindo que empresas e governos adotem comportamentos lesivos à concorrência.

A necessidade de proteção ao consumidor de práticas lesivas à concorrência, coloca a prática concorrencial no ápice da solidificação do Mercosul, pois as nações mais prósperas centraram seus mercados na liberdade de concorrência. (Defesa da Concorrência, Supranacionalidade e Mercosul, Revista de Derecho del Mercosur/Novedades, nº 1, Fevereiro de 1998, p. 179/180).

Não só no que respeita à concorrência e o abuso do poder econômico, tanto por políticas públicas como por atividade empresarial, à semelhança da União Européia, existem entre os países membros do Mercosul diferenças, algumas mesmo antagônicas, na normatização das relações de consumo, em alguns deles com lacunas a serem preenchidas. Para que se consiga efetivamente uma integração econômico-comercial entre eles é preciso se caminhar inevitavelmente em direção da harmonização jurídica, posto que só assim haverá equilíbrio e igualdade nas relações de consumo na esfera do Mercosul.

A primeira medida seria a análise dos pontos de convergência e divergência nas Constituições dos países integrantes, pois que, como já vastamente discutido, a matéria é de natureza constitucional, regulamentada por leis complementares.

A Argentina possui princípios constitucionais com muita similitude aos nossos. A proteção à saúde e à segurança e interesses econômicos está assegurada na primeira parte do art. 42 da "Constitución de la Nación Argentina"- na Reforma de 1994, assim como o assegura a proteção ao consumidor argentino com relação ao abuso do poder econômico, os cartéis e monopólios, a devida adequação do produto ou serviço, igualdade de tratamento, incentivo à criação de associações de consumidores, eficácia e adequação dos serviços públicos e a solução de conflitos oriundos das relações de consumo. Diz o art. 42 da Constituição Argentina:

Na legislação infra-constitucional, a Argentina já iniciou seu caminhar no sentido da harmonização do direito positivo ao editar a Lei nº 24.240, em 15 de outubro de 1993, a qual se baseou em nosso Código do Consumidor para sua elaboração. Importante passo ainda nesse sentido é o Anteprojeto do Novo Código Civil Argentino prevê em seu art. 866 o dever de indenizar o dano moral e o material resultantes de ato ilícito, o que também se coaduna com nossa legislação.

Voltando a análise para o Uruguai, a "Constitución de la Republica Oriental del Uruguay", agasalha em seus artigos 24 e 25 a responsabilidade civil por parte do poder público em face de algum dano causado a terceiros em execução de serviços públicos prestados direta ou indiretamente, o que em nosso direito administrativo e civil está assegurado pelo princípio da responsabilidade objetiva do Estado, portanto estando em consonância as legislações.

O art. 51 da mesma carta Magna dispõe que o Estado Uruguio tem o poder e o dever constitucional com relação às concessões de serviços públicos, controlando-as tanto sob o aspecto de seu prazo como do custo das tarifas oferecidas ao consumidor, além da qualidade dos serviços prestados. No art. 52, é estabelecida a vedação da usura, a cobrança do devedor por meio de constrangimento ilegal; disposições essas que também são encontradas em nossa legislação ordinária respectivamente no art. 4º da Lei nº 1.521/51 e art. 71 do Código do Consumidor.

A defesa das relações de consumo, do consumidor em si, por meio da integração no Mercosul passa imprescindivelmente pelo reconhecimento, admissão e implantação do conceito de *supranacionalidade* o qual implica inevitavelmente que o conceito de *soberania* se torne um conceito puramente formal e relacionado à preservação da cultura própria e regional e não mais intimamente ligados aos fatores econômicos e sociais; porém, a integração implica também inarredavelmente a aculturação entre os povos.

Nessa concepção, há alguns anos, talvez bem poucos, era algo impensável e inadmissível, mas necessariamente obrigado a ser transposto. E o que já está ocorrendo nas várias Constituições dos países integrantes do Mercosul. O Brasil, em sua atual Constituição, no Título I que trata *Dos Princípios Fundamentais*, em seu art. 4º, parágrafo único, dispôs que: *A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações.*

A Argentina no art. 75, inc. 24, de sua Constituição, também encaminha a questão, determinando que incumbe ao Congresso: *Aprovar tratados de integração que deleguem competências e jurisdição a organizações supraestatais em condição de reciprocidade e igualdade, e que respeitem a ordem democrática e os direitos humanos. As normas ditadas em sua consequência tem hierarquia superior às leis.*

O Uruguai, de seu lado, na Reforma de 1994, acrescentou ao art. 6º um inciso que abre caminho à supranacionalidade: *A República procurará a integração social e econômica dos Estados latino-americanos, especialmente no que se refere à defesa comum de seus produtos e matérias primas. Assim mesmo, propenderá a efetiva complementação de seus serviços públicos.*

Finalmente, o Paraguai, por sua vez, em sua Constituição promulgada em 1992, em seu art. 145, admitiu a possibilidade da supranacionalidade: *A República do Paraguai, em condição de igualdade com outros Estados, admite uma ordem jurídica supranacional que garanta a vigência dos direitos humanos, da*

paz, da justiça, da cooperação e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Sem a devida e imprescindível harmonização jurídica das relações de consumo entre os países membros do Mercosul que possa garantir a mais perfeita e livre circulação de bens e serviços, capitais e principalmente pessoas, não há como se falar em integração e perenização deste Mercado Comum supranacional.

No momento, encontra-se em estudo por comissão de trabalho a elaboração de uma legislação básica e harmônica em face das ordenações jurídicas dos membros do Mercosul nas áreas de Direito Comercial, Tributário e do Consumidor. Em nosso Congresso Nacional, em consonância com a Constituição, art. 4º, parágrafo único, e a própria política internacional do Brasil orientada nesse diapasão, como abordado tendo tido inclusive a iniciativa junto à Argentina, está em discussão a aprovação da Legislação das Relações de Consumo que deverá ser adotada por todos os países do Mercosul, o que significa um avanço de fundamental importância para a sua concretização.

O Mercosul foi criado, e novos países já o estão integrando devido à sua importância, mesmo que ainda de forma limitada como Chile e Bolívia, mas o que se depreende é que não mais há como se adiar ou admitir a internacionalização da economia mundial e em especial da América Latina como questão de sobrevivência econômica, social e política das sociedades como países independentes, por mais contraditório que isso possa parecer, pois que no mundo atual não há mais espaço para uma existência digna, sob os parâmetros mínimos sociais, e independente politicamente sem uma integração supranacional que proporcione o necessário desenvolvimento por via da equânime distribuição de riquezas entre os países.

É preciso que se esqueçam as diferenças e divisões do passado e que sempre assolaram a história da humanidade. Só a concretização da mudança para a integração da humanidade poderá levar a um futuro menos sombrio. Para concluir, ouçamos a

voz da consciência por uma última vez nestas linhas, a lição de Hobsbawm ao fim de sua *Era dos Extremos*:

O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio-ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.

IV - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de, *Mercosul & União Européia*, AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. *História e fundamento do direito do consumidor*, São Paulo: RT, 648/31-2.

BENJAMIN, Antonio Herman V. *O conceito jurídico de consumidor*, São Paulo: RT, 628/69-70.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Direito antitruste brasileiro*, São Paulo: Saraiva, 1995.

FALLA, Fernando Garrido e outros, *Comentarios a la Constitución*, Madri: Editorial Civitas, 1985.

FRANCO, Alberto Silva e outros. *Leis Especiais e sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: RT, 1997.

GALLINO, Rafael Miranda. *Delitos contra el Orden Económico*, B. Aires: Ed. Pannedille, 1970.

HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- _____. *A Era dos Extremos. O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Atlas, 1976.
- LÉVY, Jean Philippe. *A História da Propriedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- LIMA, Hermes. *Introdução à Ciência do Direito*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1996.
- MARTINS, Eliane Maria Octaviano. *Defesa da Concorrência, Supranacionalidade e Mercosul*, Revista de Derecho del Mercosur/Novedades, nº 1, Fevereiro de 1998.
- MARX, Karl. *A Origem do Capital. A Acumulação Primitiva*. São Paulo: Global, 1977.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data*. São Paulo: RT, 1989.
- _____. *Ordenações Manoelinas - Livro IV*. Fundação Calouste Gulbenkian, edição de dezembro de 1984 como reprodução *fac-símile* da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, do ano de 1797.
- MELLO, Sônia Maria Vieira. *O Direito do Consumidor na Era da Globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- OLIVEIRA, Juarez de. *Comentários ao Código de Proteção do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. *Direito Penal Econômico*, São Paulo: RT, 1973.
- POLO, Eduardo. *La protección del consumidor em el derecho privado*, Madrid: Ed. Civitas, 1980.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1993.